

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2019

Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Apoio Técnico Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, considere o texto a seguir.

Como assistiremos a filmes daqui a 20 anos?

Com muitos cineastas trocando câmeras tradicionais por câmeras 360 (que capturam vistas de todos os ângulos), o momento atual do cinema é comparável aos primeiros anos intensamente experimentais dos filmes no final do século 19 e início do século 20.

Uma série de tecnologias em rápido desenvolvimento oferece um potencial incrível para o futuro dos filmes – como a realidade aumentada, a inteligência artificial e a capacidade cada vez maior de computadores de criar mundos digitais detalhados.

Como serão os filmes daqui a 20 anos? E como as histórias cinematográficas do futuro diferem das experiências disponíveis hoje? De acordo com o guru da realidade virtual e artista Chris Milk, os filmes do futuro oferecerão experiências imersivas sob medida.

Eles serão capazes de “criar uma história em tempo real que é só para você, que satisfaça exclusivamente a você e o que você gosta ou não”, diz ele.

(Adaptado de: BUCKMASTER, Luke. Disponível em: www.bbc.com)

1. O texto tem como tema central:
 - (A) os avanços da linguagem cinematográfica ocorridos até hoje e, em especial, nos próximos 20 anos.
 - (B) as novidades do cinema que vêm alterando a maneira como o público tem interagido com os filmes atuais.
 - (C) as técnicas tradicionais do cinema entre os séculos 19 e 20 em comparação com as do cinema de hoje.
 - (D) as transformações que estão ocorrendo e que ainda ocorrerão no cinema em virtude das inovações tecnológicas.
 - (E) os tipos de assuntos e experiências de vida que serão discutidos nos filmes a serem desenvolvidos no futuro.

2. De acordo com Chris Milk, diferente de hoje, os filmes do futuro
 - (A) permitirão ao público vivenciar experiências individualizadas, de acordo com as preferências de cada um.
 - (B) darão aos espectadores a chance de se aprofundar no universo criativo do autor, acessando os bastidores da produção.
 - (C) serão produções mais baratas, o que possibilitará a cada cidadão comum custear seu próprio filme.
 - (D) terão uma linguagem produzida por meio de programas de computadores, que tornarão obsoleta a figura do cineasta.
 - (E) deixarão de ser tratados como obras ficcionais ou artísticas, pois serão uma reprodução fiel da rotina dos espectadores.

3. No 2º parágrafo, a informação introduzida pelo travessão corresponde a
 - (A) uma síntese das consequências da revolução ocorrida no cinema recentemente.
 - (B) uma explicação das técnicas da maior parte das produções cinematográficas atuais.
 - (C) uma exemplificação das tecnologias que terão impacto sobre o futuro dos filmes.
 - (D) um apanhado das produções cinematográficas que se destacaram por serem inovadoras.
 - (E) uma ressalva sobre os aspectos positivos dos avanços técnicos da linguagem do cinema.

4. O pronome “Eles”, em destaque no 3º parágrafo, faz referência aos
 - (A) artistas individualistas do futuro.
 - (B) filmes da atualidade.
 - (C) espectadores do futuro.
 - (D) diretores hoje renomados.
 - (E) filmes do futuro.



5. Quanto à concordância, o segmento do texto reescrito corretamente está em:
- (A) Como são possíveis diferenciar as histórias cinematográficas do futuro das experiências disponíveis hoje?
 - (B) Um potencial incrível para o futuro dos filmes é oferecido por tecnologias em rápido desenvolvimento.
 - (C) Análogos aos anos experimentais dos filmes no final do século 19 e início do 20 é o momento atual do cinema.
 - (D) No futuro será possível que se criem uma história em tempo real só para o espectador.
 - (E) Experiências imersivas sob medida é o que parecem aptas a oferecer os filmes do futuro.

6. No contexto, substitui corretamente o elemento sublinhado o que se encontra entre colchetes em:
- (A) (3º parágrafo) ... como as histórias cinematográficas do futuro diferem das experiências... [se opõem às]
 - (B) (1º parágrafo) ... o momento atual do cinema é comparável aos primeiros anos... [semelhante à]
 - (C) (1º parágrafo) ... que capturam vistas de todos os ângulos... [à partir de]
 - (D) (3º parágrafo) ... uma história em tempo real que é só para você... [à qual]
 - (E) (3º parágrafo) Como serão os filmes daqui a 20 anos? [à decorrerem]

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 10, considere o texto a seguir.

Sempre pensei que ser um cidadão do mundo era o melhor que podia acontecer a uma pessoa, e continuo pensando assim. Que as fronteiras são a fonte dos piores preconceitos, que elas criam inimizades entre os povos e provocam as estúpidas guerras. E que, por isso, é preciso tentar afiná-las pouco a pouco, até que desapareçam totalmente. Isso está ocorrendo, sem dúvida, e essa é uma das boas coisas da globalização, embora haja também algumas ruins, como o aumento, até extremos vertiginosos, da desigualdade econômica entre as pessoas.

Mas é verdade que a língua primeira, aquela em que você aprende a dar nome à família e às coisas deste mundo, é uma verdadeira pátria, que depois, com a correria da vida moderna, às vezes vai se perdendo, confundindo-se com outras. E isso é provavelmente a prova mais difícil que os imigrantes têm de enfrentar, essa maré humana que cresce a cada dia, à medida que se amplia o abismo entre os países prósperos e os miseráveis, a de aprender a viver em outra língua, isto é, em outra maneira de entender o mundo e expressar a experiência, as crenças, as pequenas e grandes circunstâncias da vida cotidiana.

(Adaptado de: LLOSA, Mario Vargas. **O regresso à Grécia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>)

7. Predomina no texto a função
- (A) apelativa, pois o autor visa a persuadir o leitor a posicionar-se contra os imigrantes.
 - (B) expressiva, pois o autor expõe uma visão subjetiva de um determinado assunto.
 - (C) referencial, pois o autor usa dados objetivos para tratar de um tema com impessoalidade.
 - (D) fática, pois o autor enfoca um assunto banal, com a finalidade única de iniciar uma conversa.
 - (E) metalinguística, pois o autor fala dos detalhes que prejudicaram a publicação de seu texto.
8. Para o autor, a prova mais difícil que os imigrantes têm de enfrentar é provavelmente
- (A) a constante saudade da terra natal, que dificulta o necessário aprendizado de uma nova língua para se viver em um novo país.
 - (B) a indiferença das autoridades públicas, que se concentram em construir fronteiras com o intuito de proteger a população local.
 - (C) a necessidade de se adaptarem a uma cultura estrangeira, comunicando-se em um idioma diferente de sua língua nativa.
 - (D) a resistência do outro em dividir com eles seu espaço, o que inclui emprego e acesso aos serviços públicos.
 - (E) o medo de serem enviados de volta para o lugar de onde saíram, por não haver lá liberdade de expressão.



9. Um fragmento do texto está adequadamente analisado na seguinte alternativa:
- (A) ... é preciso tentar afiná-las pouco a pouco, até que desapareçam totalmente. (1º parágrafo) / A forma pronominal *-las* retoma textualmente *estúpidas guerras*.
 - (B) ... essa maré humana que cresce a cada dia... (2º parágrafo) / A expressão *maré humana* é empregada para se referir aos *imigrantes* de maneira pejorativa.
 - (C) Sempre pensei que ser um cidadão do mundo era o melhor que podia acontecer a uma pessoa, e continuo pensando assim. (1º parágrafo) / O vocábulo **e** é empregado com sentido equivalente a “porém”, evidenciando que a última oração contraria o afirmado anteriormente.
 - (D) ... embora haja também algumas ruínas... (1º parágrafo) / A forma verbal *haja* está empregada no mesmo modo verbal que “existe”.
 - (E) Que as fronteiras são a fonte dos piores preconceitos, que elas criam inimizades entre os povos e provocam as estúpidas guerras. (1º parágrafo) / A forma verbal *pensei* está subentendida em duas orações que compõem esse trecho.
10. O vocábulo *Mas*, destacado ao início do 2º parágrafo, evidencia o contraste entre as seguintes ideias:
- (A) a desigualdade econômica entre os indivíduos; a luta por direitos iguais entre compatriotas.
 - (B) as vantagens de não ter de deixar a terra natal; as desvantagens de desconhecer uma língua estrangeira.
 - (C) as causas dos preconceitos e das guerras; as consequências das inimizades entre os povos.
 - (D) a dificuldade de ter de abandonar a pátria; a facilidade em ser acolhido por um povo cordial.
 - (E) a importância de conhecer outros idiomas e culturas; a necessidade de preservar o idioma e a cultura nativos.

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Uma pista circular tem 200 metros de comprimento. Dois corredores partiram de um mesmo ponto dessa pista e começaram a dar voltas, cada um deles mantendo sempre uma mesma velocidade. O corredor mais rápido completou a primeira volta quando o corredor mais lento tinha percorrido 185 metros. No momento em que o corredor mais lento tiver completado 39 voltas na pista, o número de voltas completas que o corredor mais rápido terá completado é igual a:
- (A) 43.
 - (B) 42.
 - (C) 45.
 - (D) 44.
 - (E) 41.
12. Do total que Carlos gastou em uma loja, 36% foi adquirindo uma calça, 21% uma camisa e o restante um sapato. Se o sapato custou R\$ 63,00 a mais que a calça, o valor pago por Carlos pela camisa, em reais, foi igual a:
- (A) 179,00.
 - (B) 159,00.
 - (C) 169,00.
 - (D) 149,00.
 - (E) 189,00.
13. Em uma manhã, Helena saiu de casa quando o relógio de sua cozinha marcava 5h18. Ela foi caminhando até a universidade e se encontrou com o professor Cláudio na porta da biblioteca. Assim que se encontraram, ele falou: “Oi, são exatamente 5h19”. Helena sabia que Cláudio sempre falava a hora correta, e como ela leva mais de um minuto de casa até a universidade concluiu que seu relógio de cozinha estava errado. Helena e Cláudio continuaram conversando no mesmo lugar por certo tempo e, quando Helena disse que voltaria para casa, Cláudio disse: “Tchau, são exatamente 8h33”. Na mesma manhã, Helena voltou caminhando para casa, levando o mesmo tempo que levava antes para ir até a universidade. Assim que chegou em casa, viu o relógio da cozinha marcando 9h16 e prontamente ajustou o relógio para a hora correta, que era:
- (A) 8h45.
 - (B) 9h00.
 - (C) 8h55.
 - (D) 8h50.
 - (E) 9h05.



14. Considerando o padrão de formação da sequência infinita (85, 97, 88, 104, 91, 111, 94, 118, 97, 125, ...), o número de seus termos que possuem exatamente 3 algarismos é:
- (A) 427.
 - (B) 428.
 - (C) 431.
 - (D) 430.
 - (E) 429.

Noções de Informática

15. Quando um usuário acessa um *site* utilizando o protocolo HTTPS e ocorre uma das situações:
- um cadeado com um "X" vermelho é apresentado na barra de endereço;
 - a identificação do protocolo HTTPS é apresentado em vermelho e riscado;
 - a barra de endereço muda de cor, ficando totalmente vermelha;
 - um indicativo de erro do certificado é apresentado na barra de endereço;
 - um recorte colorido com o nome do domínio do *site* ou da instituição (dona do certificado) é mostrado ao lado da barra de endereço e, ao passar o *mouse* sobre ele, é informado que uma exceção foi adicionada.

Isso indica que

- (A) o usuário deveria ter usado o protocolo HTTP e não HTTPS.
 - (B) a página do *site* utiliza os dois protocolos: seguro (HTTP) e não seguro (HTTPS).
 - (C) o navegador identificou que o usuário está navegando em modo anônimo.
 - (D) o navegador do usuário não reconhece a cadeia de certificação.
 - (E) o *site* possui conexão com EV SSL, que não provê requisitos de segurança como a conexão HTTPS.
-
16. Se o ransomware for do tipo bloqueador que impede totalmente o acesso ao computador, então o usuário tem três opções para removê-lo: reinstalar o sistema operacional; executar um programa antivírus de uma unidade externa ou inicializável; ou executar uma restauração do sistema e recuperar o Windows para um momento antes que o ransomware foi carregado. Para restaurar o sistema em computadores com Windows 7, em português e em condições ideais, o usuário deve seguir os passos:
1. Quando o computador estiver iniciando, **pressione uma tecla** várias vezes para exibir o menu de opções avançadas de inicialização (boot).
 2. Escolha reparar o seu computador e depois tecle Enter.
 3. Entre com o nome de usuário do Windows e senha. Este campo pode ser deixado em branco se não tiver nenhum.
 4. Selecione Restauração do Sistema.

(Adaptado de: <https://blog.avast.com/pt-br/guia-essencial-como-se-proteger-dos-ransomwares>)

Considerando esses passos, deve ser pressionada a tecla

- (A) DEL.
- (B) F8.
- (C) ESC.
- (D) Windows + B.
- (E) F4.



17. Um usuário estava utilizando o Microsoft Word 2010, em português, e decidiu inserir uma marca d'água com o nome TJMA nas páginas do documento. Ele clicou em Marca D'água > Personalizar Marca D'água, selecionou Marca d'água de texto e escreveu TJMA, finalizando corretamente. Este recurso pode ser acessado a partir da guia
- (A) *Layout* da Página.
 - (B) Inserir.
 - (C) Exibição.
 - (D) Design.
 - (E) Iniciar.

História e Geografia do Estado do Maranhão

18. Considere o texto.

Os balaios chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. De suas raras proclamações por escrito constam vivas à religião católica, à Constituição, a Dom Pedro II, à "santa causa da liberdade".

(FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 167)

As informações contidas no texto contribuem para que se compreenda a Balaiada como

- (A) uma revolta regencial que se caracterizou pela aliança interclassista expressa em suas diversas bandeiras de luta.
 - (B) um movimento popular que assumiu o controle de cidades importantes do Maranhão e se restringiu a reivindicações econômicas.
 - (C) uma revolta de natureza religiosa e de apoio ao jovem Imperador, contra o domínio de Portugal na região, que foi a mais longa do Nordeste.
 - (D) um movimento constituído principalmente por escravos que lutavam pela proclamação da República e pela Abolição.
 - (E) uma revolução conduzida pela elite liberal, que obteve êxito graças ao apoio das províncias vizinhas ao Maranhão.
-
19. Após a adesão do Maranhão à República, proclamada em 1889, ocorreu
- (A) a eclosão de uma sangrenta Guerra Civil, entre 1889 e 1891, que opôs federalistas e liberais que disputavam como seria o novo regime e como o Estado iria se relacionar com o poder central.
 - (B) a destituição do governo nomeado pelo Partido Republicano, que contava com grande apoio das elites locais, mas foi substituído por uma Junta Militar monarquista, comandada pelo coronel João Luis Tavares.
 - (C) uma revolta popular contra o novo governo republicano, dado o grande apoio que a monarquia e a Princesa Isabel tinham por parte de setores da imprensa abolicionista e da população negra, maioria absoluta no Estado.
 - (D) um conflito entre o governo de Pedro Augusto Tavares Júnior e a Igreja Católica, pois o primeiro decretou a liberdade de culto e separou a Igreja e o Estado, demitindo padres de funções públicas, sendo pressionado pelo governo central da República a voltar atrás nestes decretos.
 - (E) a intervenção no Estado por parte do governo central, em apoio à política republicana radical de reformas econômicas populares, combatidas pelas elites fundiárias tradicionais e pelo clero.
-
20. Dentre as manifestações da cultura maranhense, destacam-se algumas reconhecidas como patrimônio imaterial do Maranhão pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional):
- (A) as Rodas de Capoeira e o Cavalinho.
 - (B) o Tambor de Crioula e o Bumba meu Boi.
 - (C) a Renda de Bilros e o Tambor de Mina.
 - (D) a Marujada e o Maculelê.
 - (E) a Festa Junina e a Cavalhada.



21. A respeito da natureza maranhense é correto afirmar que
- (A) o clima predominante é o equatorial, com elevadas temperaturas durante todo o ano e secas pronunciadas nos primeiros meses do ano; a leste encontra-se o clima tropical sem estação seca.
 - (B) a presença de clima com chuvas irregulares durante o ano provoca o aparecimento de inúmeros rios intermitentes, principalmente a oeste do estado.
 - (C) o relevo maranhense apresenta topografia regular, com aproximadamente 90% da superfície acima de 500 metros de altitude; o ponto mais elevado está no sul do estado, na serra dos Penitentes.
 - (D) o estado é formado por dois grandes biomas: a Amazônia e o Cerrado e outros dois de transição, a Amazônia/Cerrado e a Caatinga/Cerrado, além dos mangues, totalizando biomas de grande biodiversidade.
 - (E) a estrutura geológica do estado é predominantemente antiga datando as eras Arqueozoica e Proterozoica e, portanto, já muito alterada; apenas no sul do estado são encontrados terrenos mais novos.

22. Considere os dados da tabela a seguir.

Estado do Maranhão: Área e produção de "X"

	2000	2009	2015	2017
Área em mil ha*	188	409	761	817
Produção em mil toneladas*	491	1.210	2.099	2.331

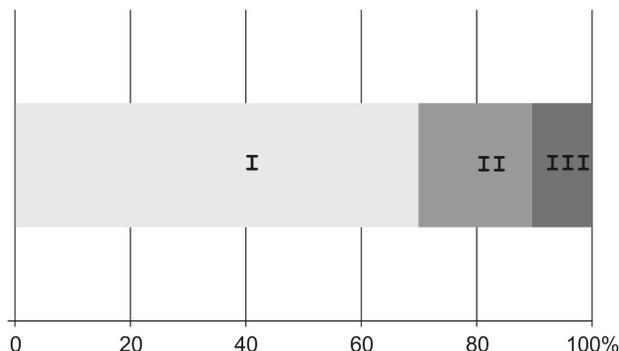
*Números arredondados.

(IBGE)

Os dados apresentados referem-se

- (A) à mandioca.
 - (B) ao algodão.
 - (C) ao milho.
 - (D) ao arroz.
 - (E) à soja.
23. Considere o gráfico apresentado a seguir.

Estado do Maranhão – Composição do PIB – 2015



(Disponível em: <https://www.bnb.gov.br>)

Na composição do PIB (Produto Interno Bruto) maranhense, I e II correspondem, respectivamente, aos setores

- (A) agropecuária e indústria.
- (B) agropecuária e serviços.
- (C) serviços e indústria.
- (D) indústria e serviços.
- (E) serviços e agropecuária.

Organização Judiciária Estadual

24. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 14, de 17 de dezembro de 1991, a vacância de cargo público decorrerá de
- (A) promoção, readaptação e falecimento.
 - (B) reversão, aposentadoria e perda de cargo por decisão administrativa.
 - (C) promoção, reversão e exoneração.
 - (D) perda de cargo por decisão administrativa, promoção e demissão.
 - (E) falecimento, perda de cargo por decisão administrativa e afastamento compulsório.

25. Sobre a definição dos termos entrância e instância é correto afirmar que
- (A) entrância corresponde ao espaço físico onde funcionam órgãos judiciais.
 - (B) entrância corresponde ao acesso a Tribunais Superiores.
 - (C) instância corresponde ao grau de jurisdição.
 - (D) instância corresponde às comarcas que podem apresentar uma ou mais Varas.
 - (E) entrância corresponde ao acesso a Juizados Especiais.



26. O Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão dispõe que a criação de novas Comarcas dependerá da ocorrência dos seguintes requisitos:
- (A) cadastro social de cinquenta mil habitantes no local da nova sede e indicação do Conselho Estadual de Justiça.
 - (B) solicitação da Prefeitura local e audiência prévia do Conselho Superior da Magistratura.
 - (C) indicação do Conselho Nacional de Justiça e existência de concordância da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.
 - (D) solicitação do Governo do Estado do Maranhão e parecer da Corregedoria Geral de Justiça.
 - (E) população mínima de vinte mil habitantes e cinco mil eleitores no termo judiciário que servirá de sede e audiência prévia da Corregedoria Geral da Justiça.
-
27. Conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o prazo de prescrição de faltas funcionais praticadas por magistrados é de
- (A) cinco anos, contados a partir da prática da falta, independentemente da configuração de ilícito também na esfera penal.
 - (B) três anos, contados a partir da data em que o Tribunal tomou conhecimento do fato, salvo quando configurar tipo penal, hipótese em que o prazo prescricional será o do Código Penal.
 - (C) dois anos, contados a partir da data em que o Tribunal tomou conhecimento do fato, salvo quando configurar tipo penal, hipótese em que o prazo prescricional será o do Código Penal.
 - (D) cinco anos, contados a partir da data em que o Tribunal tomou conhecimento do fato, salvo quando configurar tipo penal, hipótese em que o prazo prescricional será o do Código Penal.
 - (E) três anos, contados a partir da prática da falta, independentemente da configuração de ilícito também na esfera penal.
-
28. Segundo a normativa vigente, sobre os serviços notariais e de registro, é correto afirmar que
- (A) cabe ao notário formalizar juridicamente a vontade das partes.
 - (B) o tabelião de notas poderá praticar atos de seu ofício em todo o território estadual.
 - (C) cabe ao notário lavrar atas notariais.
 - (D) cabe ao tabelião efetuar as averbações e os cancelamentos de sua competência.
 - (E) a definição do tabelião de notas competente está condicionada ao domicílio das partes ou ao lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

29. A respeito do acesso à informação e à comunicação da pessoa com deficiência, é correto afirmar que, segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência,
- (A) telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação devem possuir equipamentos e instalações acessíveis, não se estendendo tal obrigação legal às *lan houses*.
 - (B) os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.
 - (C) considera-se barreira atitudinal formato não acessível de arquivos digitais, ou seja, que não podem ser reconhecidos e acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas.
 - (D) por expressa disposição legal, cabe à iniciativa privada incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel com acessibilidade que permita a indicação e ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.
 - (E) é obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou no exterior ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência.
-
30. A tecnologia assistiva é aquela que
- (A) combate formas de tratamento pelo Poder Público que causem manutenção ou agravamento da dependência da pessoa com deficiência exclusivamente na área da educação.
 - (B) garante à pessoa com deficiência profissional que a assista em situações de dependência severa.
 - (C) engloba recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços com o objetivo de ampliar a participação de pessoas com deficiência.
 - (D) garante à pessoa com deficiência o recebimento de restituição do imposto de renda com prioridade.
 - (E) engloba a proteção e socorro às pessoas com deficiência, em qualquer circunstância.
-

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Administração**

31. No que concerne aos tipos de estruturas organizacionais, aquela denominada matricial possui como característica marcante a
- (A) aplicação de uma matriz de apuração de resultados, com ponderação de fatores individuais e coletivos.
 - (B) apuração de resultados de forma centralizada, admitindo-se a departamentalização apenas de atividades operacionais.
 - (C) divisão dos processos de trabalho por critérios estritamente regionais, como forma de otimização dos resultados.
 - (D) existência de centros de resultados de duração limitada a determinados projetos.
 - (E) utilização de um fluxograma para ordenar os *inputs* e *outputs* existentes nos processos de trabalho.
-
32. Considere as afirmações relacionadas aos conceitos abaixo:
- I. Eficiência é um indicador relacionado à otimização ou melhor uso possível de insumos na produção de bens e serviços.
 - II. Eficácia é um indicador exclusivamente financeiro, mensurando a economia de custos na produção de resultados.
 - III. Efetividade constitui uma medida de mensuração do tempo de duração de um projeto.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
 - (B) II.
 - (C) I.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
-
33. Entre os estilos de liderança apontados pela literatura, aqueles que se caracterizam como liderança situacional, fundados no modelo de Fiedler, sustentam que
- (A) a liderança deve ser modulada de acordo com a posição em que o líder se situa no organograma da organização.
 - (B) situações adversas impedem o exercício de uma liderança cooperativa.
 - (C) o conflito interpessoal ou de equipes deve ser estimulado, pois reforça o controle da situação pelo líder.
 - (D) as características pessoais do líder, como por exemplo carisma, determinam o ambiente da organização.
 - (E) o comportamento do líder deve variar conforme o grau de maturidade dos liderados.
-
34. A motivação no ambiente organizacional envolve diferentes abordagens, ora estudando os fatores motivacionais, intrínsecos ou extrínsecos, denominadas Teorias de Conteúdo, ora estudando o processo que conduz à motivação, denominadas Teorias de Processo. Nesse contexto, constitui exemplo dessa última abordagem a Teoria
- I. da Hierarquia das Necessidades Humanas, de David McClelland, que destaca três motivos que orientam as necessidades humanas: preservação, pertencimento e autorrealização.
 - II. das Necessidades Adquiridas, de Abraham Maslow, que apresenta as necessidades humanas segundo uma escala de atendimento representada por uma pirâmide.
 - III. da Expectância, de Victor H. Vroom, que advoga que o comportamento humano é orientado para resultados e apresenta como elementos desse processo: valência, instrumentalidade e expectativa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) III.
 - (D) II.
 - (E) I.
-
35. Entre as metodologias consagradas para administração de materiais e gestão de estoques está a denominada Curva ABC,
- (A) também conhecida como análise de Pareto, segundo a qual 80% dos problemas de estoque são causados por 20% dos fatores.
 - (B) que se baseia na perecibilidade dos itens de estoque, propondo que a gestão deve ser mais efetiva conforme o maior risco de perda de validade.
 - (C) fundada na importância econômica dos itens de estoque, de acordo com a equação Kanban, que propõe a concentração em 30% dos itens.
 - (D) que busca o denominado estoque zero, com base no conceito *just in time*, segundo o qual os itens devem ser adquiridos conforme a demanda efetiva.
 - (E) a qual propõe uma matriz, conhecida como SWOT, onde são apresentados os três itens de maior relevância na produção da organização.



36. Considere o texto abaixo sobre Administração pública:

...**I**... é a capacidade do governo de praticar as decisões tomadas, enquanto que a ...**II**... diz respeito às condições necessárias das quais o governo precisa para exercer o poder. ...**III**... trata da prestação de contas por parte do governo, sendo considerada um aspecto central da ...**IV**..., que por sua vez, está estreitamente correlacionada à ...**V**...

Preenchem correta e respectivamente as lacunas **I**, **II**, **III**, **IV** e **V**:

	I	II	III	IV	V
(A)	Governabilidade	governança	Governança	governabilidade	<i>accountability</i>
(B)	Governança	governabilidade	<i>Accountability</i>	governança	governabilidade
(C)	<i>Accountability</i>	governabilidade	Governança	<i>accountability</i>	governança
(D)	Governança	<i>accountability</i>	Governabilidade	governança	<i>accountability</i>
(E)	Governabilidade	governança	<i>Accountability</i>	governabilidade	<i>accountability</i>

37. O setor público atua em diversas esferas de serviços, tais como saúde, educação, segurança, transporte, dentre outros, sendo que há alta demanda e complexidade para a prestação desses serviços com eficiência. Nesse sentido, é correto afirmar que o aprimoramento de estratégias e técnicas administrativas, aliados ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, podem ser considerados como

- (A) gestão burocrática gerencial, a fim de preservar o patrimônio público em todas as esferas de serviços.
- (B) modelo de Administração pública gerencial, que emprega principalmente um controle rígido dos processos.
- (C) modelo de gestão patrimonialista, que vem sendo empregado nos dias atuais a fim de garantir sustentabilidade e inovação no setor público.
- (D) empreendedorismo no setor público, que se refere a processos de aperfeiçoamento e de inovação.
- (E) modelo de gestão de inovação gerencial burocrática, com o objetivo de garantir que haja impessoalidade e combate à corrupção.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

38. Considerando a legislação que rege os orçamentos públicos, em especial a Lei nº 4.320/1964 e a Lei de Responsabilidade Fiscal, os restos a pagar

- (A) se materializam após a liquidação da despesa e passam a constituir despesa pertencente ao exercício subsequente, podendo ser cancelados se não houver receita para suportá-los.
- (B) devem ser cancelados ao final do exercício, sendo vedado o seu pagamento em exercício diverso daquele em que ocorreu o empenho da despesa.
- (C) constituem despesas não pagas no exercício em que foram empenhadas, as quais, para efeito do exercício subsequente, são consideradas despesas extraorçamentárias.
- (D) decorrem de insuficiência financeira no curso do exercício, podendo ser suportados com receitas decorrentes de operações de crédito realizadas no exercício em curso ou no subsequente.
- (E) são apurados ao final de cada quadrimestre do exercício, podendo ensejar medidas de ajustes como limitação de empenho ou cancelamento de programações orçamentárias.

39. Suponha que, no curso do exercício financeiro, o Tribunal tenha sido surpreendido com um gasto imprevisto, decorrente da necessidade de aditar um contrato de prestação de serviços de vigilância. O aditamento em questão ampliou os quantitativos contratados, nos limites autorizados pela legislação, de forma a incluir a vigilância de prédio que estava cedido a outro órgão público e foi devolvido antes do prazo previsto. Verificou-se, contudo, que as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual não seriam suficientes para suportar as despesas decorrentes do aditamento. Diante de tal cenário,

- (A) é possível a assinatura do aditivo sem indicação de dotação específica, com a subsequente suplementação, mediante o cancelamento de empenhos relativos a outras despesas.
- (B) é possível a abertura de crédito extraordinário, por Decreto do Chefe do Executivo, mediante cancelamento de outras programações orçamentárias.
- (C) caberá a abertura de crédito adicional especial, por ato do Presidente do Tribunal, nos limites autorizados pelo Plano Plurianual.
- (D) poderá o Presidente do Tribunal proceder o remanejamento de outras dotações orçamentárias, desde que originalmente destinadas a outras despesas de custeio.
- (E) caberá a abertura de crédito adicional suplementar, mediante prévia autorização legislativa.



40. Suponha que, em função do fechamento de diversas indústrias e forte queda de arrecadação de impostos, o Estado tenha decidido adotar medidas de redução de despesas e de aumento de receitas extraordinárias, especialmente com a alienação de imóveis de sua titularidade. Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas à gestão financeira e patrimonial,
- (A) as medidas voltadas à obtenção de receitas extraordinárias somente poderão ser implementadas após esgotadas as de redução de despesas correntes.
 - (B) as receitas obtidas com a alienação de imóveis não poderão ser aplicadas em despesas correntes, salvo se destinadas por lei a regime de previdência geral e próprio dos servidores.
 - (C) as receitas obtidas com alienação de imóveis devem ser aplicadas prioritariamente no pagamento de folha de pagamento de pessoal ativo e nos proventos de inativos e pensionistas.
 - (D) o Estado poderá paralisar o pagamento de dívida pública junto à União se as medidas adotadas não forem suficientes para a cobertura de suas despesas correntes.
 - (E) a aplicação dos recursos obtidos com alienação de imóveis em despesas de pessoal somente estará autorizada se ainda não atingido o limite prudencial de gastos.
-
41. Considere que o Estado tenha sofrido uma condenação em processo judicial que lhe impôs a obrigação de pagamento de gratificação a inativos, nos mesmos moldes concedidos a servidores ativos. A decisão determinou a inclusão imediata do benefício em folha, bem como o pagamento de parcelas vencidas mediante precatório. No momento da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), o Estado já tinha conhecimento da referida ação judicial e de seu potencial impacto, porém, não havia certeza da decisão desfavorável e em que momento seria proferida. Diante da situação descrita,
- (A) caberia elencar a referida demanda no Anexo de Riscos Fiscais, que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de modo que as despesas geradas com a inclusão do benefício na folha de pagamento dos inativos possam ser suportadas com a reserva de contingência prevista na LOA.
 - (B) o Estado deveria inserir na proposta de LOA dotação orçamentária contingente, fixada em percentual da receita corrente líquida de acordo com o montante estimado para as eventuais despesas decorrentes da condenação.
 - (C) as despesas decorrentes da condenação devem ser inscritas na dívida ativa do Estado, para pagamento no exercício em curso com antecipação de receitas do próximo exercício, salvo aquelas objeto de precatório.
 - (D) o Estado poderá emitir títulos da dívida pública para fazer frente a tais despesas extraordinárias, mediante autorização judicial específica.
 - (E) as despesas poderão ser suportadas com dotações abertas por decreto de descontingenciamento, tendo como fonte de receita o saldo financeiro de exercícios anteriores.
-
42. Considere as afirmativas abaixo, relativas às transferências voluntárias e à destinação de recursos ao setor privado, na forma disciplinada pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal:
- I. A destinação de recursos públicos para subvenção de entidades privadas com fins lucrativos depende de autorização em lei e deve atender às condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e estar prevista no Orçamento ou em créditos adicionais.
 - II. Os Estados que extrapolarem o limite de endividamento fixado pelo Senado Federal e não procederem à recondução a tais limites no prazo fixado pela LRF ficam proibidos de receber transferências voluntárias da União.
 - III. Os Municípios que ultrapassarem o limite máximo de gastos com despesa de pessoal fixado na LRF ficam impedidos de receber o produto da participação em impostos estaduais nos percentuais fixados na Constituição Federal.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II.
-
43. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal para dívida e endividamento dos entes públicos,
- (A) é vedada a aquisição, por Estados e Municípios, bem como por entidades integrantes da Administração indireta de ambos, de títulos da dívida pública emitidos pela União.
 - (B) são expressamente vedadas operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária – AROs.
 - (C) as operações de crédito contraídas por Estados devem, obrigatoriamente, contar com contragarantia da União.
 - (D) é vedada a concessão de garantia a operações de crédito contraídas por Municípios, inclusive mediante vinculação do produto da participação nos impostos estaduais.
 - (E) integram a dívida consolidada os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos.



44. Entre os princípios orçamentários apontados pela doutrina, presentes no regramento constitucional e legal relativo à matéria, insere-se
- (A) o Duplo grau, segundo o qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias deve ser editada após a aprovação da Lei Orçamentária Anual, como condição de eficácia desta.
 - (B) a Prudência, que determina que as despesas devem ser autorizadas sempre em montante inferior à receita estimada.
 - (C) a Economicidade, que obriga a prévia pesquisa de preços para fixação de despesas de investimento.
 - (D) a Anterioridade, que somente permite a abertura de créditos orçamentários após a efetiva realização da receita.
 - (E) a Universalidade, que significa que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas do exercício a que se refere.
-
45. Um dos instrumentos introduzidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do escopo da gestão fiscal responsável, é o denominado Anexo de Metas Fiscais, o qual integra, obrigatoriamente,
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, englobando metas de receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
 - (B) o Plano Plurianual, sendo elaborado juntamente com este, a cada 4 anos, e referindo-se à projeção de receitas e despesas dos 5 exercícios subsequentes.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual, descrevendo, de forma pormenorizada, as receitas tributárias e não tributárias do exercício correspondente.
 - (D) o Decreto de Execução Orçamentária, sendo editado juntamente com tal diploma para fins de ajustar as estimativas consignadas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) os relatórios quadrimestrais que devem ser editados no curso da execução orçamentária, sendo elaborados e aprovados juntamente com o primeiro relatório encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.

Noções de Direito Constitucional

46. Com base no que dispõe a Constituição Federal acerca da Organização do Estado, considere as assertivas abaixo:
- I. O Distrito Federal é a capital Federal.
 - II. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas por Emenda à Constituição.
 - III. Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de referendo, e do Congresso Nacional, por lei ordinária.
 - IV. A criação de Municípios, far-se-á por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
 - V. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) IV e V.
- (E) II, III e V.



47. Considere as seguintes situações:

- I. Cidadão propõe ação popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.
- II. Trabalhador ingressa com mandado de segurança individual para proteger direito líquido e certo de que é titular, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, indicando autoridade pública como responsável pela ilegalidade.

À luz das normas constitucionais aplicáveis às respectivas ações,

- (A) tanto o cidadão quanto o trabalhador poderiam ter ajuizado as respectivas ações.
- (B) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança, pois a ação deveria ter sido proposta por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- (C) o cidadão não poderia ter proposto a ação popular individualmente, pois seria necessária a subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (D) o trabalhador não poderia ter ingressado com o mandado de segurança contra autoridade pública, haja vista que a referida ação somente poderia ter como coator agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (E) o cidadão não poderia ter ingressado com a ação popular, pois a legitimidade é exclusiva do Ministério Público.

48. Uma conceituada jornalista publicou nota, em jornal de grande circulação, afirmando que uma famosa atriz deixou de estreiar um programa de televisão por estar acima do peso, conforme um importante executivo da emissora de TV teria revelado à repórter, em sigilo. Inconformada, a atriz processou a jornalista, exigindo que ela esclarecesse onde havia obtido a informação. Considerando o pedido da atriz na ação judicial, e com base no que dispõe a Constituição Federal, a jornalista

- (A) deverá ser obrigada a atendê-lo, em razão de a Constituição Federal assegurar a todos o acesso à informação.
- (B) deverá ser obrigada a atendê-lo, em função de a Constituição Federal estabelecer que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (C) não será obrigada a atendê-lo, tendo em vista que a Constituição Federal estabelece que é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.
- (D) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal estabelece que é inviolável a liberdade de consciência e de crença, devendo a ofendida pleitear o direito de resposta, proporcional ao agravo.
- (E) não será obrigada a atendê-lo, pois a Constituição Federal resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

49. Um empresário renomado foi acusado de ter praticado crime de corrupção, ocasião em que passou a ser investigado por tal fato. Diante da repercussão do caso, o Congresso Nacional aprovou, já no curso da ação penal, uma alteração legislativa que dobrou a pena do crime do qual o empresário era acusado, considerando-o como hediondo e inafiançável. Ao final, foi ele condenado à pena máxima prevista na nova legislação. Nessa hipótese, o empresário

- (A) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- (B) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal considera crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia os definidos como crimes hediondos.
- (C) não poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal assegura que a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (D) poderia ter recebido a pena aplicada, pois a Constituição Federal estabelece que a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, a de privação ou restrição da liberdade.
- (E) não poderia sequer ter sido condenado, em razão de a Constituição Federal assegurar que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

50. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal acerca do Congresso Nacional,

- (A) cada Território elegerá oito Deputados.
- (B) cada Senador será eleito com um suplente.
- (C) é de sua competência exclusiva resolver definitivamente sobre tratados ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (D) a representação total de cada Estado e do Distrito Federal no Congresso Nacional será renovada de oito em oito anos.
- (E) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por três quintos dos votos, presente a maioria simples de seus membros.



51. Compete privativamente ao Presidente da República
- (A) autorizar referendo e convocar plebiscito.
 - (B) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
 - (C) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.
 - (D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
 - (E) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
-
52. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, dentre outros, o seguinte princípio:
- (A) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão sigilosa, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
 - (B) os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração, atos de mero expediente e decisões interlocutórias.
 - (C) a distribuição de processos será imediata tão somente no primeiro grau de jurisdição.
 - (D) nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
 - (E) previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa facultativa do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.

Noções de Direito Administrativo

53. O poder discricionário atribuído à Administração pública no desempenho de suas funções
- (A) está sujeito a controle do Poder Legislativo e do Poder Judiciário exclusivamente no que se refere à legalidade.
 - (B) é inerente a todos os atos praticados, consubstanciando-se em atributo inerente à qualificação como administrativo.
 - (C) permite a edição de atos normativos de cunho originário, a exemplo da instituição de obrigações aos administrados.
 - (D) está sujeito a controle da própria Administração pública, que pode rever seus atos, como nos casos de anulação de ato praticado com vício de legalidade.
 - (E) pode abranger a faculdade de revogação dos atos administrativos praticados com vício de legalidade e inconveniência.
-
54. Um estado da federação permitiu o uso de um imóvel de sua titularidade a um de seus municípios, com o objetivo de instalação de um posto de saúde para atendimento básico da população. A respeito da permissão de uso outorgada, considerando sua natureza e características, é correto afirmar que
- (A) a outorga se deu em caráter precário, passível de revogação pela autoridade estadual competente no caso, por exemplo, de descumprimento das obrigações pelo permissionário.
 - (B) a propriedade do bem público estadual foi transferida ao município, considerando a irreversibilidade do ato.
 - (C) o contrato assinado vigorará por prazo indeterminado, não podendo o permitente pleitear a restituição do imóvel enquanto a finalidade estiver sendo atendida.
 - (D) o ato administrativo bilateral pode ser anulado diante de ilegalidade ou revogado no caso de descumprimento, neste último caso, contanto que o permissionário não se oponha.
 - (E) o ato foi praticado ilegalmente, considerando que os contratos de permissão de uso precisam de prévia autorização legislativa, não podendo vigor por prazo indeterminado.
-
55. Diferem as autarquias das empresas estatais, por exemplo, quanto
- (A) ao regime de execução de seus débitos, pois somente as empresas públicas sujeitam-se ao regime de precatórios.
 - (B) à forma de composição do capital social, pois as autarquias pertencem integralmente ao mesmo ente público.
 - (C) à forma de sua criação, pois as autarquias são criadas por lei, enquanto as empresas estatais têm sua instituição autorizada por lei.
 - (D) ao regime jurídico de seus bens, considerando que somente o patrimônio das sociedades de economia mista está sujeito ao regime jurídico de direito público.
 - (E) ao critério de contratação de seus empregados, pois somente as autarquias estão obrigadas à regra do concurso público.



56. A exploração de serviços públicos por particulares demanda
- (A) transferência da titularidade dos serviços pelo ente público, para que o particular possa prestá-lo sob regime jurídico de direito público.
 - (B) vínculo jurídico formal para trespasse da execução dos serviços públicos, a exemplo de contrato de concessão ou de permissão.
 - (C) autorização legislativa e edição de decreto transferindo a titularidade do serviço público a particular.
 - (D) a instituição de empresa estatal para celebração de consórcio com empresa privada vencedora da licitação visando contratação da prestação de serviços.
 - (E) celebração de contrato de concessão de serviços públicos precedido de licitação, admitida a modalidade de pregão presencial para a seleção do vencedor.
-
57. Uma empresa foi contratada para a prestação de serviço de fornecimento de refeições para os alunos de uma unidade pública de ensino. Passados dois meses do início do fornecimento, a empresa passou a atrasar as entregas, que deveriam ser feitas no mesmo dia do consumo, em intervalo de horário determinado, causando transtornos à operação da unidade de ensino. O ente público contratante
- (A) deve rescindir o contrato e promover contratação emergencial para impedir a paralisação do serviço ou aplicar multa pela inexecução parcial das obrigações pelo contratado.
 - (B) pode aplicar multa ao contratado, não sendo permitindo reter pagamentos ou descontar o montante da garantia prestada pela contratada.
 - (C) deve decretar a caducidade da prestação dos serviços, iniciando nova licitação sob modalidade emergencial.
 - (D) pode aplicar as sanções legalmente previstas, sem prejuízo da cumulação com a imposição de multa no valor contratualmente estabelecido.
 - (E) pode interromper os pagamentos feitos à contratada, para que, decorridos 90 (noventa) dias, se caracterize hipótese de rescisão contratual.
-
58. A Administração pública instaurou um procedimento de licitação, na modalidade pregão, para contratação de serviços de desenvolvimento de sistema de monitoramento e segurança de sua plataforma digital exclusiva de cadastramento e alocação de voluntariado. Com base nessas informações, a modalidade de licitação escolhida pela Administração é
- (A) legal e válida, porque o pregão admite o estabelecimento de “técnica e preço” como critério de julgamento.
 - (B) a mais adequada, pois sempre permite disputa entre todos os licitantes, configurando medida de economicidade para a Administração pública.
 - (C) inadequada, pois admite apenas o julgamento pelo critério do menor preço, mostrando-se recomendável aferição também de técnica para execução dos serviços.
 - (D) ilegal, tendo em vista que o pregão é modalidade de licitação que admite apenas a aquisição de bens de natureza comum, não incluindo a possibilidade de contratação de prestação de serviços.
 - (E) opção discricionária da Administração pública, desde que o valor da contratação não ultrapasse a alçada prevista para a concorrência, que a torna obrigatória.
-
59. A configuração da prática de ato de improbidade na modalidade que gera enriquecimento ilícito
- (A) implica necessariamente a perda do cargo público ocupado pelo agente público, independentemente de culpa ou dolo, sem prejuízo da imposição de outras sanções.
 - (B) somente tem lugar quando a mesma conduta tenha implicado prejuízo ao erário.
 - (C) exige a titulação de cargo ou emprego público, na medida em que a penalidade cabível é a interrupção do vínculo funcional.
 - (D) é presumida quando a conduta implicar também prejuízo ao erário, diante da relevância do bem tutelado.
 - (E) exige demonstração do elemento subjetivo dolo, não se admitindo presunção de autoria.
-
60. A norma da Lei nº 8.666/93 que impõe à Administração pública a obrigatoriedade de publicação do extrato dos contratos firmados privilegia, sem prejuízo de outros, o princípio da
- (A) eficiência, que goza de força impositiva preferencial em relação aos demais princípios que regem a Administração pública.
 - (B) moralidade, de obrigatória observância diante de previsão legal, ainda que não goze de *status* constitucional.
 - (C) impessoalidade, pois a Administração pública deve disponibilizar a todos as informações referentes a seus atos, inclusive como instrumento de controle externo.
 - (D) legalidade, que goza de força impositiva preferencial em relação aos demais princípios que regem a Administração pública.
 - (E) publicidade, configurando, inclusive, condição de eficácia para os negócios jurídicos firmados.



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicada Capítulo 11. 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 11.4.4 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação** a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 11.4.1 – **Conteúdo**, 11.4.2 – **Estrutura** e 11.4.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, o campo reservado para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 11.8 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

I

Quando um funcionário se depara com um comportamento que considera antiético, essa situação o coloca diante de um dilema. Dado o contexto em que se encontra, no qual os seus valores pessoais podem colidir com os valores dos demais, muitos não saberiam como agir.

II

Conforme se delinee em cada ocasião ou problema, a pergunta “que devo fazer?” recebe um significado pragmático, ético ou moral. No ambiente de trabalho, trata-se de fundamentar decisões entre possibilidades de ação alternativas.

(Adaptado de: HABERMAS, J. **Comentários à Ética do Discurso**. Lisboa, Editora Instituto Piaget, 1999, p. 117)

Considerando o que se afirma em I e II, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

A ética no trabalho: como se justificam nossas escolhas.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30